NOTA TÉCNICA CATRAPOVOS-PARÁ Nº 01/2023-MPPA

1. ASSUNTO 1.1. Participação de Povos e Comunidades Tradicionais no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). 2. REFERÊNCIAS 2.1. Lei nº 11.947/2009 2.2. Decreto nº 6.040/2007 2.3. Resolução CD FNDE nº 06/2020 2.4. Portaria FNDE nº 219/2023 2.5. Portaria MDA nº 20/2023 2.4 Nota Técnica Nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE 2.5. Guia de Cadastramento de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos no Cadastro Único para Programas Sociais 2.6 Guia de Cadastramento de Famílias Indígenas no Cadastro Único para Programas Sociais 2.7 Guia de Cadastramento de Famílias Quilombolas no Cadastro Único para Programas Sociais

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por intermédio da Promotora de Justiça Agrária Coordenadora da Comissão da Alimentação Tradicional dos Povos do Pará – CATRAPOVOS-PA, no âmbito do Procedimento Administrativo nº 002054-031/2021, emite a presente Nota Técnica, a qual apresenta atualizações normativas sobre o fomento e implementação à Política Pública do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a fim de garantir o direito humano à alimentação escolar adequada, ao desenvolvimento socioeconômico local, a soberania cultural alimentar, com respeito aos territórios, seus povos, buscando-se a dignidade humana de forma global, princípio da República Brasileira (Art. 1º, III).

A presente Nota Técnica é orientativa a qualquer pessoa, física ou jurídica, de direito público ou privado, que tenha condições de fazer ou deixar de fazer alguma coisa para salvaguardar interesses e direitos, bem como promovê-los ou fomentá-los, no que se aplica ao planejamento e execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Em 2010, a Emenda Constitucional nº 64, alterou a redação do artigo 6º da Constituição Federal para incluir, no rol de direitos sociais fundamentais, o direito à alimentação, e este consiste no acesso físico e econômico de todas as pessoas aos alimentos e aos recursos, como emprego e acesso à terra, de modo contínuo e em conformidade com o contexto e as condições culturais, sociais, econômicas, climáticas e ecológicas de cada pessoa, etnia, cultura ou grupo social.

Por sua vez, a Convenção nº 169/89 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, que, em seu artigo 23, dispõe: o “artesanato, as indústrias rurais e comunitárias e as atividades tradicionais e relacionadas com a economia de subsistência dos povos interessados, tais como a caça, a pesca com armadilhas e a colheita, deverão ser reconhecidas como fatores importantes da manutenção de sua cultura e da sua autossuficiência e desenvolvimento econômico. Com a participação desses povos, e sempre que for adequado, os governos deverão zelar para que sejam fortalecidas e fomentadas essas atividades”.

A norma que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, artigo 1º do Decreto nº 6.040/2007, reconhece como um dos princípios a segurança alimentar e nutricional dos povos e comunidades tradicionais como direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Não podendo ser olvidado que educação e a saúde são direitos fundamentais com interface com o direito humano à alimentação, todos inseridos no rol dos direitos sociais, no art. 6º da Constituição Federal, figurando a educação e, particularmente, o ensino obrigatório e gratuito, como direito de todos (art. 205) e dever do Estado (art. 208, caput e § 1º), e a saúde, como “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, bem como o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Assim, nos moldes preconizados pelo art. 208, inc. VII, da Constituição Federal e pelo art. 4º, inc. VIII, da Lei nº 9.394/90 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), o dever do Estado com a educação será efetivado, entre outras frentes, mediante a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, o que inclui com clareza neste rol o fomento ao PNAE em termos específicos, socioculturalmente adequados e atendendo à produção para o autoconsumo no que tange ao fornecimento da alimentação para as escolas do campo, das águas e das florestas, indígenas e quilombolas no mesmo território.

Conforme previsto no art. 3º da Lei nº 11.346/06, a segurança alimentar e nutricional reside na “realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais”; bem como no caso das crianças e adolescentes, a educação, a saúde e a alimentação, como direitos subjetivos, devem ser garantidos com prioridade absoluta, em consonância com os artigos 5º, 6º e 227 da Constituição Federal e do art. 4º da Lei nº 8.069/90.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi criado em 1955 e é executado pelo governo federal em parceria com os estados, municípios e o Distrito Federal, e é a maior e mais antiga política pública na área de alimentação e nutrição do Brasil. É um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo,

constituindo uma estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que se orienta pelos princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Algumas previsões deste direito estão asseguradas no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 2009), cuja definição foi ampliada em outros dispositivos do Direito Internacional, como o artigo 11 do Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (MODELL,2000) e o Comentário Geral nº 12 da ONU (ONU, 1999).

Acrescido a isso, o Brasil promulgou, por meio do Decreto Federal nº 591, de 6 de julho de 1992, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), o qual reconhece o direito à alimentação adequada, bem como o dever de o Estado promover e assegurar esse direito a todos os indivíduos.

Por meio do citado programa, o Governo Federal transfere recursos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para a aquisição e distribuição de alimentos aos alunos da educação infantil (creches e pré-escola), do ensino fundamental e médio, matriculados em escolas públicas e filantrópicas, mediante controle e acompanhamento da execução do PNAE pelos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, a serem instituídos no âmbito dos Estados e Municípios, segundo art. 18 da Lei nº 11.947/09 e artigos 10 e seguintes da Resolução CD/FNDE nº legais, tais como a referida lei e a Resolução CD/FNDE nº 06 de 08 de maio de 2020.

No Brasil, a oferta de refeições que atendam às necessidades nutricionais dos estudantes, durante o período letivo, configura-se como uma das estratégias para o alcance dos objetivos do PNAE, sendo a alimentação escolar um direito dos alunos da educação básica pública, configurando-se como dever do Estado a sua efetiva execução, em consonância com as diretrizes legais, tais como a referida lei e a Resolução CD/FNDE nº 06 de 08 de maio de 2020.

É importante, por em relevo que o diploma legal dispõe, em seu art. 14, que do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, comunidades quilombolas, incluindo-se também as demais comunidades tradicionais que produzam em sistema agricultura familiar, como ribeirinhos, pescadores artesanais, quebradeiras de coco, extrativistas da castanha do Pará, entre outros, não havendo que se falar em um rol taxativo, mas meramente exemplificativo e essencialmente inclusivo para povos e comunidades tradicionais.

O artigo 2º, a Lei 11.947/2009, elenca entre as diretrizes da alimentação escolar, o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica, priorizando as comunidades tradicionais indígenas, as quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais que produzam em sistema de agricultura familiar.

Deve ser considerado que o Artigo 17, da Resolução nº 06 de 08 de maio de 2020, dispõe que os cardápios da alimentação escolar devem ser elaborados tendo como base a utilização de alimentos in natura ou minimamente processados, de modo a respeitar as necessidades nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da alimentação adequada e saudável, responsabilidade direta das nutricionistas e gestores municipais e estaduais, os quais devem através das secretarias de agricultura realizar o mapeamento prévio dos itens produzidos pela

agricultura familiar no município ou região, para que os cardápios sejam nutricionalmente adequados e as chamadas publicas especiais não sejam desertas.

Sobre as chamadas públicas especiais, o Artigo 30 da Resolução CD/FNDE 06 de 08 de maio de 2020, prevê que a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Família e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, por meio de chamada pública, nos termos do art. 14 da Lei nº 11.947/2009, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e constem nos editais das respectivas chamadas públicas.

As normas até aqui citadas propõem planejamento e execução de políticas públicas de segurança alimentar e inclusão social, que têm largos reflexos, quando bem executada, sobre a agricultura familiar, constituindo mercado institucional no qual os agricultores familiares podem comercializar sua produção, incentivando a renda, qualidade de vida e especialmente desenvolvimento local para as famílias participantes, reduzindo, portanto, desigualdades sociais e regionais.

A plena efetivação da política pública enseja a estruturação de pontos nodais para a segurança alimentar e socioeconômica, dentre os quais destacamos: o conhecimento da origem dos alimentos que são ofertados na alimentação das crianças, inclusive daquelas que precisam de alimentação conforme cultura, como indígenas e comunidades tradicionais em geral; geração de renda para as famílias que fornecem os produtos; manutenção dos preços durante todo o ano de produção; visibilidade e incentivo ao agricultor familiar para continuar a produzir.

No que se refere às exigências documentais, nos termos do artigo 10, da Lei nº 14.021, de 7 de julho de 2020, é cabível compreender que para o acesso às políticas públicas que visam a criar condições para garantir a segurança alimentar aos povos indígenas, às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais, aquelas foram simplificadas, a partir da necessidade de enfrentamento à Covid-19, tendo sido considerado o conceito de

autoconsumo, dispensando-se o atesto dos órgãos de vigilância animal e sanitária, quando a aquisição e o consumo da mercadoria ocorrerem no mesmo território.

Desta feita, há que ser reconhecido que num país de inúmeras desigualdades sociais como o Brasil, a alimentação fornecida nas escolas públicas muitas vezes se apresenta como a principal – senão única – refeição de parcela dos discentes e que muitas famílias, inclusive as indígenas e de comunidades tradicionais, contam com isso para a nutrição mínima diária de suas crianças e adolescentes, sendo inarredável a destinação escorreita dos recursos e prevalência das prioridades das compras diretas para as escolas rurais pelas prefeituras e municípios, com o fito de garantir alimentação, e modificação da realidade destas comunidades no que toca à capacidade socioeconômica. Inicialmente estamos a defender o combate à fome como premissa do PNAE e conforme seu planejamento e execução se tornem plenos, busca-se desenvolvimento socioeconômico local, regional para os territórios e vidas diretamente impactados.

Nesse cenário, mediante ato motivado, cabe ao Poder Executivo Municipal diligenciar para garantir a correta e útil destinação dos alimentos já adquiridos e/ou que venha a adquirir, em especial, ao mínimo de 30% (trinta por cento) que devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, conforme o artigo 14, da Lei nº 11.947/2009, mantida a sua vinculação à comunidade escolar que deles necessitar.

Assim, no sentido de fomentar a articulação participativa criou-se a Comissão da Alimentação Tradicional dos Povos - BRASIL pela 6ª CCR do MPF por meio das Portarias 6ª CCR nº 16 e 17/2021, expandindo em âmbito nacional a iniciativa pioneira da Catrapoa no Estado do Amazonas para vários estados, inclusive tendo havido adesão pelo Estado do Pará, nos termos da Portaria n. 1.809/2021-PGJ/MPPA, com a Criação da Comissão da Alimentação Tradicional dos Povos do Pará, CATRAPOVOS-PA.

A referida Comissão, inicialmente articulou junto ao MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) a expedição da Nota Técnica nº09/2021/SAF/MAPA onde se indica que a ausência temporária de identificação específica de comunidades tradicionais, com exceção dos quilombolas e indígenas já contemplados, nos cadastros e políticas públicas, como Censo Escolar, Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), não pode ser barreira para acesso às compras públicas nos moldes expostos na Nota Técnica 3/2020/6ªCCR/MPF, especialmente em tempos de tamanha necessidade de mecanismos para geração de renda e segurança alimentar e nutricional. E, ainda, que essa ausência pode ser suprida por outros documentos públicos ou reconhecidos pelo Poder Público que identifiquem o agricultor familiar e a escola/comunidade como pertencente aos povos e comunidades tradicionais existentes no Brasil, como por exemplo:

- a) Lista de famílias extravistas e ribeirinhas do Incra, ICMBio, órgãos estaduais ou municipais de meio ambiente, bem como dos comitês gestores e das associações de unidades de conservação em geral, assentamentos de uso sustentável do Incra e áreas de remanescentes de quilombos;
- b) Indicação na DAP ou CAF do endereço de produção do beneficiário como incidente nas áreas mencionadas no item a), ou áreas que demonstrem a característica da tradicionalidade como ribeirinho, extravista, pescador artesanal, ou outro povo tradicional; e,
- c) outros documentos reconhecidos pelo Poder Público que demonstrem o pertencimento a povos e comunidades tradicionais, tendo-se como parâmetro inicial aqueles elencados no Decreto nº 8.750/16.

Na sequência, em 2023, a fim de efetivar a política pública do PNAE, a referida comissão, também articulou a emissão de Nota Técnica nº 3744623/2023/DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE quanto a orientação advinda da Coordenação-Geral de Programa Nacional de Alimentação Escolar (CGPAE), no sentido de as Entidades Executoras do PNAE procederem o aceite do registro de povos e comunidades tradicionais no Número de Identificação Social (NIS) quando

não for apresentada a Declaração de Aptidão ao Pronaf- DAP ou Cadastro Nacional da Agricultura Familiar -CAF.

Assim, as Entidades Executoras do PNAE devem facilitar a verificação do NIS com base na apresentação do CPF e, caso seja necessário, apoiem as famílias de povos e comunidades tradicionais na atualização do Número de Identificação Social (NIS) quando os campos de identificação relacionados à família indígena, família quilombola ou de grupo populacional tradicional ou específico, por força maior, não estiverem preenchidos, aos moldes do que dispõe a Nota Técnica nº 3744623/2023DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE.

Neste sentido, o FNDE possui assessoria disponível e qualificada para prestar esclarecimentos e apoiar a elaboração das chamadas públicas diferenciadas no âmbito do estado e dos municípios, para compra de produtos da agricultura familiar, bem como dentro das prioridades legais (assentados da reforma agrária, povos tradicionais indígenas, quilombolas), já contemplando inclusive a compra de proteínas, vegetais e suas partes, nos termos das Notas Técnicas Nº 01/2017/ADAF/SFA-AM/MPF-AM e Nº 3/2020/6ªCCR/MPF de todos os povos tradicionais de cada região (ribeirinhos, extrativistas, indígenas, quilombolas) para sua alimentação escolar, podendo ser contatados por meio dos representantes do FNDE.

Também destaca-se, como agente de relevante importância no cumprimento da legislação, o CECANE – Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição, localizado na Universidade Federal do Estado do Pará, o qual é uma unidade de referência e apoio para desenvolver ações e projetos, de pesquisa, ensino e extensão, de interesse e necessidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, com estrutura e equipe para execução das atividades nas áreas prioritárias e nas formas de atuação definidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, podendo ser contatados através: WhatsApp: (91) 98554-8925; E-mail: cecaneufpa@gmail.com; Instagram: @cecaneufpa.

A EMATER-PARÁ, empresa Pública de Administração Indireta do Estado do Pará, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP), também pode ser contactada para o trabalho e inserção das comunidades familiares em aspectos do PNAE, pois tem como missão a promoção do desenvolvimento sustentável através do conhecimento, tecnologia, por meio da assistência técnica e extensão rural, assegurando a melhoria da qualidade de vida da sociedade rural, e como objetivos o planejamento, coordenação e execução de programas de assistência técnica e extensão rural visando a difusão de conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, para aumento da produção e produtividade agrícolas e a melhoria das condições de vida no meio rural do Estado do Pará, de acordo com as políticas de ação do Governo Estadual e do Governo Federal, podendo ser contatados através: contato: (91) 3299-3400/ (91) 3299-3404; E-mail: presidencia@emater.pa.gov.br;

É importante compreender que parte dos municípios paraenses vem desenvolvendo políticas efetivas para a compra direta dos 30% mínimos da agricultura familiar, bem como compra da produção indígena, contudo ainda não contemplam a compra direta da produção de outros povos tradicionais (ribeirinhos, extrativistas e quilombolas), uma vez que as possibilidades de compra de proteínas e processados vegetais e suas partes da produção destes povos sem os entraves sanitários padrões somente ficaram esclarecidas a partir da compreensão exposta pelas notas técnicas da 6ª CCR (2020) e do MAPA (2021), as quais devem ser efetivamente consideradas no planejamento da política pública como um todo.

É imperioso observar que a produção pode ser tanto proveniente de plantação, criação, pesca artesanal quanto de produtos extraídos da floresta, bem como que a possibilidade de venda de seus produtos pelos indígenas e demais comunidades tradicionais tende a gerar interesse a partir da demanda das compras públicas, conseqüentemente, haverá aumento da própria produção existente, iniciando-se um ciclo virtuoso para a inserção da produção familiar nas compras públicas, recomendando-se necessárias providências iniciais de mapeamento de territórios e assentamentos da reforma agrária nos diversos municípios para

localização de gêneros alimentícios adequados à produção dos cardápios da alimentação escolar pelos nutricionistas responsáveis.

Neste sentido, expõe-se a Nota Técnica nº 004/2013 – CGPAE/DIRAE/FNDE que dispõe que:

- a) os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável, com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada;
- b) que as Entidades Executoras do PNAE (secretarias estaduais e municipais de educação) são as responsáveis pela compra dos gêneros alimentícios e, ao nutricionista responsável técnico, cabe a responsabilidade pela definição dos gêneros alimentícios, de acordo com o disposto na Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, arts. 14, 15, 18, 19 e 20. Assim, este profissional deverá analisar, por meio da avaliação nutricional, hábitos e culturas alimentares locais, a real necessidade e pertinência da escolha de qualquer alimento a ser acrescido no cardápio da alimentação escolar;
- c) a competência do FNDE está relacionada com a normatização da execução do programa, em especial com a definição da qualidade da alimentação oferecida; e com as ações de alimentação e nutrição na escola; e
- d) que o pescado pode ser inserido na alimentação escolar de diversas formas, tais como: assado, grelhado, ao molho, entre outros. Mas além da forma tradicional o pescado pode ser oferecido como principal ingrediente, tais como: pão de peixe, hambúrguer de peixe, almôndega de peixe, entre outros.

O entendimento atual da legislação vigente e dos órgãos públicos permite e incentiva a compra direta da produção tradicional de indígenas, ribeirinhos, extrativistas, quilombolas e povos tradicionais em geral pelas Prefeituras e demais entes), quando destinada ao seu próprio consumo como na alimentação escolar, sem qualquer exigência ou entrave sanitário em respeito ao seu modo tradicional de produção e consumo, ou seja, comprando-se diretamente o peixe do lago ou igarapé, a farinha do roçado e casa de farinha, a polpa de fruta produzida no local, entre outros, para consumo nas suas escolas, apresentando-se como um dos meios mais eficazes para se garantir a alimentação culturalmente adequada.

Notadamente, houve alteração relevante no art. 14 da Lei nº 11.947/2009, o qual determina que pelo menos 30% dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sejam destinados à agricultura familiar. Diante do reconhecimento das mulheres na agricultura familiar, como lideranças familiares, inclusive, procedeu-se à alteração legislativa com o fim de priorizar as mulheres agricultoras, entrando em vigor neste ano de 2023 a Lei nº 14.660/2023 a qual alterou o caput do art. 14, bem como acrescentou o § 3º do mesmo dispositivo, ambos pertencentes à Lei nº 11.947/2009 (PNAE).

Neste sentido, diante da contínua necessidade de se estabelecer garantias de direitos constitucionais à todas as mulheres, que de forma geral sofrem restrições de direitos e garantias por questões interseccionais de gênero, classe e raça. E neste caso, de forma específica às mulheres agricultoras, é essencial o devido cumprimento da alteração legislativa, determinando que diante da aquisição de gêneros alimentícios das famílias rurais individuais, deve-se, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor adquirido, ser efetivado em nome da mulher agricultora.

Conclusão da Nota Técnica

De forma a orientar prefeitos, Secretários Municipais de Educação Estado do Pará e a SEDUC do Estado do Pará, bem como outras entidades executoras do PNAE no Estado do Pará a:

I – Cumprir a obrigatoriedade mínima de compra de 30% (trinta por cento) de alimentos proveniente da agricultura familiar e a inclusão de pescado na alimentação escolar, em 2022 e nos anos seguintes, nos termos da **Lei 11.947/2009, da Nota Técnica nº 004/2013 - CGPAE/DIRAE/FNDE; Nota Técnica nº 3744623/2023DIDAF/COSAN/CGPAE/DIRAE**, com a priorização de compra da produção de assentados da reforma agrária, povos tradicionais indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, extrativistas da castanha do Pará, entre outras comunidades tradicionais;

II – Aceitar o registro do(a) NIS do(a) agricultor(a) de família indígena, quilombola ou de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) quando não for apresentada a Declaração de Ap dão ao Pronaf - DAP ou o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF, já no ano de 2023.

III - Facilitar a verificação do NIS com base na apresentação do CPF e, caso seja necessário, apoiem o(a) agricultor(a) identificado como de povos e comunidades tradicionais na atualização do Número de Identificação Social (NIS) quando os campos relacionados à identificação como indígena, quilombola ou de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos, por força maior, não es verem preenchidos.

IV – Cumprir a obrigatoriedade de compra de 50% (cinquenta por cento) da alimentação adquirida de família rural individual em nome da mulher agricultora, nos termos do art. 14, § 3º, da Lei nº 11.947/2009, em obediência as alterações advindas da Lei nº 14.660/2023.

V – Efetuar o lançamento de chamada pública diferenciada contemplando os povos tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e outros povos tradicionais), de modo a garantir o respeito à alimentação culturalmente

adequada nas escolas indígenas e tradicionais em geral, nos termos das Notas Técnicas nº NT nº 3/2020/6ªCCR/MPF e NT nº 09/2021/SAF/MAPA.

VI – Assegurar, em conformidade com a Lei nº 11.947/2009 e Lei nº 13.987/2020, em caso de suspensão das atividades educativas presenciais devido à pandemia ou estado de calamidade pública, a distribuição dos alimentos e continuidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), destinando-os aos alunos da rede de ensino que deles necessitarem, conforme a realidade, economia e produção local, visando a fornecer, preferencialmente, alimento in natura ou minimamente processado, evitando o fornecimento de alimentos de aquisição restrita e de produtos de aquisição proibida;

VII – Informar as promotorias agrárias de suas respectivas regiões, e/ou promotoria de justiça com atribuição na educação o exato cronograma de lançamento e regular andamento da chamada pública para os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais (ribeirinhas/ extrativistas), com os ajustes construídos junto à sociedade civil e demais órgãos públicos.

Outras informações, orientações e documentos mencionados nesta Nota Técnica podem ser obtidos junto ao MPPA e Coordenação da CATRAPOVOS-PARÁ (pjaagrariasm@mppa.mp.br), MPF (6ª Câmara de Coordenação e Revisão), ao FNDE, bem como no sítio eletrônico: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/catrapovosbrasil>.

Encaminhe-se à ASCOM MPPA e à SECOM PGR para publicação e juntada ao sítio eletrônico da Catrapovos Brasil.

Encaminhe-se esta Nota Técnica à SEDUC/PA e as Secretarias Municipais de Educação, Secretarias Municipais de Agricultura dos 144 Municípios do Estado do Pará para ciência das orientações exaradas.

Por fim, encaminhe esta Nota Técnica para ciência do CAO Direitos Humanos, Núcleo de Questões do MPPA (NAF/MPPA), Promotorias de Justiça Agrárias do Estado do Pará, FNDE, Funai, ICMBio, MEC, SAF/Mapa, Semas, FAS, Sesai, Undime/PA e demais membros da sociedade civil e lideranças da CATRAPOVOS-PA e do Estado do Pará.

Santarém/PA, ***(data da assinatura digital)***.

HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA DE MELO

Promotora de Justiça

Coordenadora da CATRAPOVOS-PA

Doutora em Gestão Estratégica para Sustentabilidade

Doutora em Desenvolvimento Sustentável

Mestra em Direitos Humanos